

Paulo Negreiros/FecomercioSP

SP participa de debate sobre redução da jornada de trabalho

Fecomercio destaca necessidade de negociação coletiva e alerta para impactos econômicos da PEC

Por Ana Laura Gonzalez

O debate sobre a redução da jornada de trabalho continua em destaque no Congresso Nacional, reunindo representantes do setor produtivo e legisladores. A proposta em análise, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 8/25, prevê a diminuição da jornada de 44 para 36 horas semanais, sem redução salarial, e tem gerado discussões sobre os efeitos econômicos e sociais de sua implementação no país.

Durante reunião da Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados, realizada na última quarta-feira (10), o presidente em exercício da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (FecomercioSP), Ivo Dall'Acqua Júnior, destacou a necessidade de cautela na avaliação da medida, ressaltando que o pilar de qualquer mudança deve ser a negociação coletiva. Representando

também a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), da qual é diretor, Dr. Ivo afirmou que, embora os objetivos da proposta sejam meritórios, uma implementação sem planejamento pode gerar efeitos colaterais graves.

O dirigente explicou que a redução compulsória da jornada poderia desorganizar acordos já consolidados e elevar os custos sobre empregadores, principalmente pequenos empresários. Segundo cálculos da FecomercioSP, a diminuição de 44 para 36 horas semanais poderia representar um aumento de 18% a 27% na folha de pagamento, dependendo do setor. Para pequenos negócios, a necessidade de substituir trabalhadores poderia amplificar ainda mais o impacto financeiro.

“Nem toda empresa consegue repassar esse aumento da folha aos preços. Teríamos situações críticas, com reflexos em cadeias produtivas inteiras. A economia ficaria

mais cara e menos competitiva, e o efeito pode ser inflacionário”, afirmou Dr. Ivo. Ele acrescentou que mudanças dessa magnitude também poderiam afetar o funcionamento da máquina pública, uma vez que o custeio do Estado depende da produtividade e da arrecadação tributária advinda da atividade no setor de economia.

Outro ponto destacado foi a baixa produtividade do trabalhador brasileiro em comparação internacional. Dados da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) indicam que a produtividade nacional equivale a cerca de 25% da americana, resultado não apenas de diferenças tecnológicas, mas também de questões estruturais, como férias, feriados e 13º salário. No modelo 4x3, segundo Dr. Ivo, o Brasil teria 161 horas de trabalho para 204 horas de descanso remunerado, pagando mais pelo período de descanso do que pelo efetivo labor. O dirigente apre-

sentou ainda comparações internacionais, apontando que, apesar da jornada legal brasileira ser de 44 horas semanais, o número efetivamente trabalhado por ano é de 1.709 horas, inferior a países como Estados Unidos (1.997 horas) e Chile (1.974 horas). “A experiência internacional mostra que a redução de jornada só deu certo onde houve diálogo social estruturado, ganhos reais de produtividade e aplicação gradual e setorial”, explicou ele.

A negociação coletiva foi citada como instrumento essencial para tratar de alterações na jornada de trabalho. Dr. Ivo ressaltou que a Constituição já prevê que qualquer redução deve ser fruto de acordo entre trabalhadores e empregadores. Ignorar esse mecanismo, segundo ele, representaria um retrocesso. Em sua fala, o dirigente enfatizou a importância da responsabilidade coletiva em decisões econômicas e trabalhistas. “O excesso de proteção pode ter efeito

contrário, empurrando o trabalhador para a informalidade. O único caminho eficaz é a negociação coletiva, com partes comprometidas. As empresas são patrimônio da sociedade e precisam estar saudáveis para continuar gerando empregos. O Brasil precisa crescer mais, dialogar e conversar sobre o próprio futuro. Não é com proteções verticais, impostas de cima para baixo, que vamos resolver nossos problemas”, concluiu.

A FecomercioSP e sindicatos filiados têm participado ativamente das audiências sobre o tema, buscando informar e dialogar tanto com entidades favoráveis quanto com as mais receosas em relação à mudança. Em novembro, Dr. Ivo também se manifestou durante audiência pública no Rio Grande do Sul, promovida pela Subcomissão Especial da Escala de Trabalho 6x1. A PEC 8/25 segue em tramitação na Câmara dos Deputados e deve ser pautada pela Comissão de Trabalho até o final deste ano.



A proposta prevê a diminuição da jornada de 44 para 36 horas semanais, sem redução salarial

Detran-SP inicia reestruturação da CNH para reduzir custos e simplificar processos

O Departamento Estadual de Trânsito de São Paulo (Detran-SP) iniciou nesta semana a implementação da reestruturação do processo de obtenção da Carteira Nacional de Habilitação (CNH), com foco em reduzir custos e simplificar etapas burocráticas para os condutores. A medida visa manter o estado na liderança nacional em eficiência e menores taxas de emissão de habilitações.

O planejamento do Detran-SP antecedeu a publicação das novas normas federais, como a Resolução Contran nº 1.020/2025 e a Medida Provisória nº 1.327/2025. Com a definição legal, a autarquia passou a executar as adaptações de forma acelerada, priorizando mudanças que impactam diretamente o

bolso do cidadão, como o fim de etapas consideradas desnecessárias e a revisão de fluxos internos.

“Para o cidadão, a mensagem é direta: a CNH em São Paulo ficará mais simples e mais barata. Embora as mudanças exijam ajustes profundos nos sistemas, nós nos antecipamos e já estamos organizando as entregas para que a economia chegue primeiro ao bolso das pessoas”, afirmou Talita Rodrigues, diretora de Habilitação e Condutores do Detran-SP.

A iniciativa segue as diretrizes da Deliberação CETRAN-SP nº 10, de 10 de dezembro de 2025, que estabelece o prazo máximo de 180 dias para a execução das adaptações. No entanto, o departamento trabalha com cronograma mais acelerado, visando



Detran pretende tornar emissão da CNH mais barata e ágil

concluir a transição antes do limite estabelecido.

Para assegurar transparência e previsibilidade, será lançada a página oficial CNH Paulista, que reunirá o cronograma de im-

plementação e funcionará como fonte oficial de informações sobre o andamento das mudanças. A reforma federal alterou todo o ecossistema da habilitação, abrangendo desde a formação

e os exames até a integração das bases nacionais de dados, exigindo coordenação técnica detalhada para evitar interrupções nos serviços.

Segundo a diretora Talita Rodrigues, as alterações serão implementadas em etapas, com prioridade inicial nas medidas que reduzem custos para os condutores. Cada avanço será comunicado publicamente, garantindo previsibilidade e orientação clara à população.

O Detran-SP também reforçou que, durante o período de transição, os serviços de habilitação continuarão funcionando normalmente. As melhorias serão incorporadas gradualmente ao sistema, sem afetar a emissão de CNHs e demais atendimentos à população paulista.